

## Atendimento Educacional Especializado: Reflexões acerca da Formação de Professores e das Políticas Nacionais

Specialized Educational Service: Reflections on Teachers' Formation and Educational Policies

Natália Costa de Felício<sup>1</sup>, Renata Andrea Fernandes Fantacini,<sup>2</sup> Keila Roberta Torezan<sup>3</sup>

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – São Carlos-SP, Brasil

### Resumo

No ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta, por meio de suas diretrizes, a proposta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), cabendo a este identificar, elaborar, organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade, eliminando assim, as barreiras para a plena participação dos alunos tendo em vista suas necessidades específicas; deverá complementar e/ou suplementar a formação dos alunos, e as atividades realizadas mediante este atendimento não poderão substituir a escolarização. Desse modo, este estudo teve como objetivo realizar um levantamento dos trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) nos anos de 2012 e 2014 que envolvessem as temáticas sobre Formação de Professores e Políticas Educacionais vinculadas ao Atendimento Educacional Especializado. Buscou-se nos anais do Congresso trabalhos que apresentavam as palavras “Atendimento Educacional Especializado”, podendo estar inseridas no título, resumo ou palavras-chave. Sendo assim, no ano de 2012 foram encontrados 11 trabalhos sobre Formação de Professores + AEE e 5 trabalhos sobre Políticas Educacionais + AEE. Já no ano de 2014, havia 8 trabalhos sobre Formação de Professores + AEE, e apenas 3 trabalhos sobre Políticas Educacionais + AEE. Após a análise dos trabalhos selecionados, os principais resultados apontam, em sua maioria, para a necessidade de maiores investimentos na formação básica do professor bem como em sua formação continuada.

**Palavras-chave:** Educação especial. Formação de professores. Políticas educacionais.

### Abstract

In 2008, the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education has, through its guidelines, the proposal of the Specialized Educational Service, whose task was to identify, prepare, organize learning resources and accessibility, eliminating the barriers to the full participation of students towards their specific needs, should complement and / or supplement the training of students, and the activities performed by this service can't replace the school. Thus, this study aimed to achieve mapping studies presented in the Brazilian Congress of Special Education in the years 2012 and 2014 involving the themes of Teachers Formation and Educational Policies related to Specialized Educational Service. A search was done in the annals of congress with the words “Specialized Educa-

---

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: natifelicio@msn.com.

2 Doutoranda em Educação Especial, pelo Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs – UFSCar). E-mail: refantacini@hotmail.com

3 Doutoranda em Educação do Indivíduo Especial pela UFSCar. E-mail: torezan.keila@yahoo.com.br.

Este artigo foi elaborado a partir do trabalho de pesquisa bibliográfica apresentado como requisito da disciplina Educação Especial no Brasil, ministrada pela Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes e pela Profa. Dra. Adriana Garcia Gonçalves, pelo PPGEEs – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, no primeiro semestre de 2015.

tional Service” on the title, abstract and keywords. Thus, in 2012 were found 11 works about Teachers Formation + Specialized Education Service and 5 papers about Educational Policies + Specialized Education Service. In the year 2014, there were 8 papers about Teachers Formation + Specialized Education Service; and only 3 works about Educational Policies + Specialized Education Service. After the analysis of the selected works, the main results found in the studies point out, in their majority, to the necessity of bigger investments in the basic academic background as well as in the continuous academic background.

**Keywords:** Special Education. Teachers Formation. Educational Policies.

## Introdução

### Breve revisão sobre as Modalidades de Atendimento da Educação Especial

A definição das modalidades de atendimento, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial, é que “são alternativas de procedimentos didáticos específicos e adequados às necessidades educativas do alunado da Educação Especial e que implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados” (BRASIL, 1994, p. 18).

São consideradas modalidades de atendimento em Educação Especial no Brasil:

- Atendimento Domiciliar: atendimento educacional prestado ao portador de necessidades educacionais especiais, em sua casa, face a impossibilidade de sua frequência na escola.
- Classe comum: ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também estão matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais.
- Classe especial: sala de aula em escolas de ensino regular, organizada de forma a se constituir em ambiente próprio e adequado ao processo ensino/aprendizagem do aluno da Educação Especial. Neste tipo de sala especial, os professores capacitados selecionados para esta função utilizam métodos, técnicas e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos.
- Classe hospitalar: ambiente que possibilita o atendimento educacional de crianças e jovens internados que necessitam de Educação Especial e que estejam em tratamento escolar.
- Centro Integrado de Educação Especial: organização que dispõe de serviços de avaliação diagnóstica, de estimulação essencial, de escolarização propriamente dita, e de preparação para o trabalho, contando com o apoio de equipe multidisciplinar que utiliza equipamentos, materiais e recursos didáticos específicos para atender os alunos portadores de necessidades especiais.
- Ensino com professor itinerante: trabalho educativo desenvolvido em várias escolas por docente especializado, que periodicamente trabalha com o educando portador de necessidades educacionais especiais e com o professor de classe comum, proporcionando-lhes orientação, ensinamentos e supervisão adequados.
- Escola Especial: instituição especializada, destinada a prestar atendimento psicopedagógico a educandos portadores de deficiências e de condutas típicas, onde

são desenvolvidos e utilizados, por profissionais qualificados, currículos adaptados, programas e procedimentos metodológicos diferenciados, apoiados em equipamentos e materiais didáticos específicos.

- **Oficina pedagógica:** ambiente destinado ao desenvolvimento das aptidões e habilidades de portadores de necessidades especiais, através de atividades laborativas orientadas por professores capacitados, onde estão disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino/aprendizagem nas diversas áreas do desempenho profissional.

- **Sala de estimulação essencial:** local destinado a atendimento de portadores de deficiência de 0 a 3 anos e de crianças consideradas de alto risco, onde são desenvolvidas atividades terapêuticas e educacionais voltadas para o seu desenvolvimento global. A participação da família é fundamental nos programas de estimulação.

- **Sala de recursos:** local com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos à natureza das necessidades educacionais especiais do alunado, onde se oferece a complementação do atendimento educacional realizado em classes comum. O aluno deve ser atendido individualmente ou em pequenos grupos, por professores especializados, e em horário diferente do que frequenta o ensino regular. (BRASIL, 1994, p. 19-21)

A Educação Especial, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96 (BRASIL, 2013), é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda segundo esta mesma Política, estas modalidades de atendimento educacional têm como finalidade “desenvolverem ao máximo as potencialidades dos alunos, com vista a uma melhor integração político-social” (BRASIL, 1994, p. 22).

Porém, a Educação Especial se transformou em atendimento educacional especializado, dando possibilidades a diferentes compreensões, terminologias e modalidades (BRASIL, 2008a). Com isso, fica a dúvida se as modalidades de atendimento educacional propostas pela política de 1994 são adequadas para os dias de hoje.

Atualmente, a Política Nacional de Educação Especial é orientada por um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria 555, de 5 de junho de 2007, e prorrogado pela Portaria nº 848, de 09 de outubro de 2007. Este GT, coordenado pela Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC, contou com a colaboração de renomados professores pesquisadores de diversas instituições de Ensino Superior do país.

Publicada em janeiro de 2008, a Política de Educação Especial atual é definida dentro da perspectiva da Educação Inclusiva e define a Educação Especial como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem comum do ensino regular (BRASIL, 2008a, p. 15).

Portanto, a Educação Especial deveria atuar de forma a complementar ou suplementar o ensino regular, tanto na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) quanto no Ensino Superior.

De acordo com Alves e Guareschi (2011), essa citação evidencia alguns pontos que merecem destaque. O primeiro deles é que a Educação Especial é uma modalidade

de ensino, podendo complementar e/ou suplementar o ensino regular, e não substituí-lo.

Outro ponto refere-se à transversalidade, que deve ser esclarecida quando pontua que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008a), por meio de suas diretrizes nos apresenta a proposta de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Vale salientar que esse tipo de atendimento foi regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008b) e revogado em 2011 pelo Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011).

As Diretrizes desta Política (BRASIL, 2008a) define que o AEE – Atendimento Educacional Especializado:

[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008a, p. 16).

E tem como proposta disponibilizar “programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros” (BRASIL, 2008a, p.16).

As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na Educação Básica, discorrem acerca de como se dará a organização do AEE:

- a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- b. Matrícula dos alunos no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas, cronograma de atendimento dos alunos;
- d. Professor para o exercício do AEE;
- e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum;
- g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE (BRASIL, 2008c, p. 3).

No que se refere à Sala de Recursos Multifuncional temos que:

[...] são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar

(ALVES, 2006, p. 13).

A Sala de Recursos Multifuncional é, portanto, um espaço onde será ofertado o AEE, organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, possibilitando e facilitando a aprendizagem desses alunos.

Temos até então o Atendimento Educacional Especializado apontado, pela Política Nacional (2008a), como uma proposta de atendimento que poderia dar certo, porém alguns pontos precisam ser discutidos com maior profundidade, pode-se destacar o perfil do professor que atua no AEE.

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica (BRASIL, 2001a), o AEE em salas de recursos presta um serviço de natureza pedagógica, portanto, deve ser conduzido por professor especializado, ou seja, é recomendado que o professor tenha formação inicial para o exercício da docência e formação específica em Educação Especial por meio de cursos de habilitação específica, aperfeiçoamento ou especialização, que permitam aprofundar conhecimentos e atualizar as práticas.

Observa-se que este professor especialista poderá contar com o apoio de outros profissionais, como, por exemplo, o intérprete de Libras para alunos com surdez e, até mesmo, um profissional específico que auxilie os alunos que necessitem de ajuda para locomoção, alimentação e higiene.

São atribuições do professor do AEE, segundo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definidas pelo MEC/Secretaria de Educação Especial:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- b. Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros (BRASIL, 2008c, p. 4).

E o trabalho do professor do AEE, na sala de recursos multifuncionais, com os educandos público alvo da Educação Especial consistirá na avaliação, acompanhamento e gestão dos processos de aprendizagem.

Seria importante conhecer a Resolução SE – 80, de 3/11/2009, que dispõe sobre a definição do perfil, competências e habilidades requeridas para professores de Educação Especial e bibliografia básica para exames e concursos:

O professor atuante na modalidade de Educação Especial deve ter como princípio a Educação Inclusiva, partindo do pressuposto de que todos os alunos têm direito de estar juntos, convivendo e aprendendo.

O professor especializado deve estar atento às possibilidades de acesso, tanto físico como de comunicação, a partir do conhecimento dos recursos necessários e disponíveis, o que permite o desenvolvimento pleno do humano.

Aliado a isso, coloca-se a questão didática, pois o professor especializado deve ter a clareza das características próprias de seu trabalho, que não pode avançar sobre aquele da sala comum. Guarda-se, assim, uma relação dialética entre o professor da sala comum e o professor especializado, devendo ser próprio deste último a competência para trabalhar com o aluno as questões relativas às dificuldades geradas pela deficiência.

Não pode ser esquecida, também, a amplitude do olhar que o professor especializado deve ter com relação a seus colegas da sala comum, à equipe escolar como um todo e à comunidade, principalmente, à família do aluno.

Enfim, impõe-se ao professor especializado a percepção das contínuas mudanças sociais que foram se concretizando ao longo do tempo, tendo como referência a questão da diversidade. Neste contexto, é importante o conhecimento da evolução das políticas públicas, refletidas na legislação atual, principalmente no que se refere ao Brasil e ao estado de São Paulo (BRASIL, 2009, p. 1).

Ou seja, um profissional capaz de atuar nas diferentes modalidades de atendimento, o que é ainda um tanto quanto questionável. Pois, na maioria dos casos, o professor tem formação específica em apenas uma área da Educação Especial, mas desempenha funções nas diversas áreas de atuação, sem uma formação teórica e prática adequada.

Em linhas gerais, sabe-se que o despreparo dos professores é um dos pontos mais discutidos. Mendes (2010, p. 46) considera que “[...] pode-se observar que há consenso sobre a necessidade de se repensar a formação inicial e continuada tanto do professor da educação regular, quanto da especial”.

O que se observa é que, em geral, professores apresentam formação específica em apenas uma das áreas de conhecimento de Educação Especial, mas assumem, em seus municípios, a sala de recursos multifuncionais para atender a todos os alunos pertencentes ao público-alvo da Educação Especial.

Diante de todo o exposto, a questão norteadora desse estudo debruça-se na questão do que vem sendo produzido cientificamente acerca da formação de professores de AEE, bem como a respeito das políticas educacionais e sua real funcionalidade e aplicabilidade nas redes de ensino.

Com isso, o objetivo do estudo foi o de realizar um levantamento dos trabalhos apresentados no CBEE (Congresso Brasileiro de Educação Especial) nos anos de 2012 e 2014 que envolvessem a temática sobre Formação de Professores de AEE e Políticas Educacionais.

## **Método e resultados**

Com o intuito de complementar as discussões realizadas até então, foi selecionado o Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) dos anos de 2012 e 2014, o qual acontece a cada dois anos na cidade de São Carlos, sendo respectivamente o VIII e IX Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial. Ambos ocorreram na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – campus de São Carlos, no mês de novembro.

O objetivo geral deste evento é a promoção de um fórum próprio para a área de intercâmbio entre profissionais que atuam em Educação Especial, podendo ser, professores, pesquisadores, políticos, entre outros, com o propósito de debater questões que possibilitem reflexões na forma de agir e pensar sobre determinados assuntos.

Em relação aos objetivos específicos pode-se citar: a divulgação e avaliação do conhecimento produzido na área em âmbito nacional; disseminar práticas desenvolvidas junto ao Público Alvo da Educação Especial; propiciar trocas de experiências entre pesquisadores nacionais e internacionais; e promover uma formação continuada para os participantes.

Desse modo, acerca do Congresso de 2012, encontrou-se um total de 852 trabalhos, incluindo duas categorias: comunicação oral e pôster; subdivididos em 24 eixos temáticos, dentre os quais dois fazem parte da temática central do presente artigo.

Sendo assim, tem-se o eixo 8 que diz respeito à “Formação de Professores em Educação Especial”, no qual constam 66 trabalhos de comunicação oral. Já o eixo 13, refere-se às “Políticas Educacionais para pessoas em situação de deficiência”, o qual se constitui por 49 trabalhos também de comunicação oral.

Ao realizar uma busca por trabalhos contendo as palavras “Atendimento Educacional Especializado” (AEE), podendo estar inseridas no título, resumo ou palavras-chave, obteve-se um total de 74 trabalhos de comunicação oral e pôsteres. Em seguida, após constatar tal resultado, foi feita uma nova busca dentro dos dois eixos citados acima, com o objetivo de combinar estes assuntos.

Dessa maneira, o eixo Formação de Professores + AEE apresenta um total de 11 trabalhos de comunicação oral; e o eixo Políticas Educacionais + AEE totaliza 5 trabalhos nesta mesma categoria. Lembrando que estes são os dados obtidos por meio do Congresso de 2012. A seguir será apresentado um quadro com os principais objetivos e resultados de cada um dos trabalhos encontrados.

## Formação de Professores em Educação Especial + AEE

**Título:** O Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Ensino de Maceió/AL: Formação e Atuação Profissional

**Autores:** David dos Santos Calheiros; Francy Kelle Rodrigues Silva; Neiza de Lourdes Frederico Fumes

**Objetivos do trabalho:** Ouvir o que os (as) professores (as) do atendimento educacional especializado (AEE) têm a dizer a respeito da sua formação e de sua atuação nas salas de recursos multifuncionais (SRMs) da cidade de Maceió/ AL.

**Resultados:** Os pesquisadores conseguiram entender que os (as) professores (as) do AEE conseguem analisar satisfatoriamente suas atividades desenvolvidas no âmbito da SMR, embora a ausência de conteúdos específicos da educação inclusiva no transcorrer de suas formações acadêmicas serem uma evidência. No entanto, os autores destacam a disponibilidade desses profissionais para suprir sua carência de formação realizando cursos de formações continuadas e o relevante papel do Departamento de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Maceió e do Ministério da Educação, no oferecimento dessas formações.

**Título:** Professores de Salas de Recursos Multifuncionais: formação e atribuições

**Autores:** Celeste Azulay Kelman; Sílvia Piumbini de Figueiredo

**Objetivos do trabalho:** Descrever e analisar o trabalho que está sendo realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais de escolas públicas de quatro municípios do Rio de Janeiro referentes à identificação da formação inicial e continuada dos professores e analisar como está sendo realizada a avaliação de rendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.

**Resultados:** Essa pesquisa descreve um recorte, considerando-se os dados de um dos grupos focais realizados com os municípios. As transcrições dos dados obtidos pelo grupo focal nos possibilitou constatar que todas as professoras têm nível superior, a maioria com Curso de Pedagogia. Todas buscaram cursos de formação continuada e suas especializações são na área da Educação Especial. Quanto à avaliação, em todos os municípios pesquisados não é realizada uma avaliação direcionada para o estudante com NEE.

**Título:** Relato de Experiências de Monitorias de Extensão numa Formação de Professores em Atendimento Educacional Especializado

**Autores:** Aline Costa Rabelo; Maria Lúcia Silva de Souza; Cristina de Araujo Ramos Reis

**Objetivos do trabalho:** Relatar as experiências das monitoras de extensão de um curso que fora proposto para os professores da rede municipal, com base nas memórias e anotações dos acontecimentos do curso, destacando as contribuições deste para as monitoras de extensão.

**Resultados:** Os pesquisadores perceberam que o curso contribuiu para uma melhor compreensão acerca da inclusão do aluno com deficiência no âmbito escolar. Para as monitoras de extensão, as contribuições do curso não se limitam a formação acadêmica, pois todo o aprendizado adquirido nesse curso foi muito significativo, por possibilitar um novo olhar sobre a pessoa com deficiência e sua inclusão educacional e social.



<p><b>Título:</b> Atitudes Sociais em Relação à Inclusão e Concepções sobre Atendimento Educacional Especializado: o ponto de vista de alunos de um curso de especialização</p> <p><b>Autores:</b> Maewa Martina Gomes da Silva e Souza; Sadao Omote</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Analisar as atitudes sociais em relação à inclusão e as concepções sobre o Atendimento Educacional Especializado dos alunos de um curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Atendimento Educacional Especializado. O curso tem como objetivo formar pedagogos para atuar como pedagogos especialistas em classes comuns, salas de recursos multifuncionais de escolas públicas, centros de Atendimento Educacional Especializado de instituições de Educação Especial públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.</p> <p><b>Resultados:</b> A análise revela que os dados provenientes de diferentes instrumentos complementam-se e apresentam o seguinte resultado, os alunos que apresentam concepções satisfatórias acerca do Atendimento Educacional Especializado, apresentam escores da Escala Likert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão (ELASI) acima da mediana. Tais dados sugerem que alunos que possuem concepções adequadas possuem atitudes sociais mais favoráveis à inclusão.</p>
<p><b>Título:</b> O Atendimento em Sala de Recursos Multifuncionais: análise no contexto das políticas de formação docente brasileiras</p> <p><b>Autora:</b> Marcia Torres Neri Soares</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Discutir as proposições atuais acerca da formação docente em atendimento às necessidades de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação incluídos em classes comuns de ensino. Para tanto, baseia-se nos resultados da pesquisa intitulada "Sala de Recursos Multifuncionais: da legislação às práticas construídas no município de Feira de Santana-BA" e, por conseguinte, suas implicações no contexto da educação inclusiva. O objeto de pesquisa delimitou-se na diversidade de deficiências atendidas em Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs) e a formação requerida para essa atuação.</p> <p><b>Resultados:</b> Das análises depreendidas, reiteramos a importância do AEE e indicamos a necessidade de aprofundamento teórico e prático sobre a temática, a fim de possibilitar condições para melhoria da prática de professores de SRMs e classes comuns de ensino e assim efetivamente proporcionar condições para a inclusão educacional de diferentes estudantes.</p>
<p><b>Título:</b> Atendimento Educacional Especializado e Formação Docente: Desafios e Conquistas</p> <p><b>Autores:</b> Márcia Lúcia Nogueira de Lima Barros; Neiza de Lourdes Frederico Fumes</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Discutir a Formação Docente do Professor do AEE e suas inúmeras atribuições frente aos desafios da Sala de Recursos Multifuncionais.</p> <p><b>Resultados:</b> Revelaram que os professores do atendimento educacional especializado carecem de tempo para formações continuadas que lhes forneçam suporte teórico e prático perante as diversas ações desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais e necessitam de parcerias factuais com equipes multidisciplinares neste novo panorama educacional.</p>
<p><b>Título:</b> Um Estudo sobre a Formação em AEE na visão de atuais e futuros professores de Castanhal</p> <p><b>Autores:</b> Karla Nayara Barbosa e Silva; Tamela Luz Melo; Suzeli Silva da Silva; Vera Lúcia da Costa Rocha; Raphaella Duarte Lopes de Albuquerque</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Pretendeu-se com esse artigo verificar os motivos que levaram atuais e futuros professores a participarem da formação em AEE realizada no Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará (UFPA), devido o grande interesse.</p> <p><b>Resultados:</b> O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental para o processo de inclusão da pessoa com deficiência e a carência de profissional para executar tal ação ainda é uma das dificuldades enfrentadas pelo processo.</p>

<p><b>Título:</b> Revisão de Trabalhos em Eventos Científicos sobre Formação de Professores e Atendimento Educacional Especializado (AEE)</p> <p><b>Autores:</b> Dalila de Freitas Gouveia; Sabrina Fernandes de Castro; Josiane Beltrame Milanesi; Enicéia Gonçalves Mendes; Fabiana Cia</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Descrever e discutir sobre as produções científicas divulgadas em eventos nacionais no campo da Educação Especial sobre o AEE.</p> <p><b>Resultados:</b> Dos 15 estudos que informaram o tipo de pesquisa, seis se caracterizaram como sendo documental; - Todos os estudos que informaram o tipo de participantes pesquisaram com professores; - 91% dos trabalhos abordaram a formação continuada. Esperamos com esse estudo sistematizar informações presentes na literatura científica a fim de dinamizar a produção de conhecimento científico sobre a temática.</p>
<p><b>Título:</b> AEE no Município de Vila Velha: conhecendo os educadores</p> <p><b>Autores:</b> Vivia Camila Côrtes Porto; Amanda Costa Camizão; Sonia Lopes Victor</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Caracterizar quem são os professores de Educação Especial que atuam no atendimento educacional especializado no município de Vila Velha (ES).</p> <p><b>Resultados:</b> É uma discussão que integra a pesquisa do subgrupo do Observatório Nacional de Educação Especial – ONEESP. É uma pesquisa colaborativa de abordagem teórico-metodológica, que visa produzir simultaneamente conhecimento e formação.</p>
<p><b>Título:</b> Desafios e Possibilidades da Formação Continuada de Professores do Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Regulares: (des)velando práticas inclusivas no Espírito Santo</p> <p><b>Autores:</b> Marciane Cosmo; Hiran Pinel; Jaqueline Bragio; Marcio Colodete Sobroza; Jolimar Cosmo</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Apresentar as políticas atuais de Educação Especial/inclusão escolar e (des)velar a formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado no município de Domingos Martins-ES, dialogando acerca dos seus dilemas para a construção de práticas educacionais da/para a educação inclusiva, a partir das vozes e olhares dos sujeitos da pesquisa: os professores.</p> <p><b>Resultados:</b> buscou-se fundamentar o trabalho teoricamente nas políticas de formação de professores nas considerações de VICTOR (2006), GLAT (2006), BARRETO (2006), JESUS (2005; 2006) OLIVEIRA (2007) PRIETO (2008) e PINEL (2004).</p>
<p><b>Título:</b> Sala de Recurso Multifuncional: articulando o processo de aprendizagem através do AEE</p> <p><b>Autores:</b> Hellen Cristiey Batista de Melo; Morgana de Fátima Agostini Martins; Aline Maira da Silva</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Averiguar alguns aspectos quanto à Formação Inicial e Continuada dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais do Município de Dourados-MS.</p> <p><b>Resultados:</b> Serão apresentados dados obtidos em um formulário de caracterização preenchido pelos professores do Município em questão. Discute-se essa formação tendo como referência a Política Nacional de Educação Especial e o Programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.</p>

## Políticas Educacionais para pessoas em situação de deficiência + AEE

<p><b>Título:</b> Um Diálogo entre a Prática Escolar e a Política Pública no Atendimento Educacional Especializado na Educação Municipal de Manaus</p> <p><b>Autores:</b> Luzia Mara dos Santos; Maria Almerinda de Souza Matos; Stael Regina da Costa Oliveira; Samuel Vinente da Silva Junior</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Discute os impactos da política pública inclusiva na prática do Ensino Fundamental I da educação no município de Manaus, partindo do contexto legal às práticas inclusivas cotidianas nas escolas.</p> <p><b>Resultados:</b> O atendimento educacional especializado vem acontecendo de maneira pontual na escola pela ação da professora da sala de recurso multifuncional. É necessário investimento do Estado e políticas que atendam o mais próximo da realidade brasileira, com reais possibilidades das relações de respeito à diversidade e inclusão escolar.</p>
---

<p><b>Título:</b> Retrato da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado em Maceió/AL</p> <p><b>Autores:</b> David dos Santos Calheiros; Neiza de Lourdes Frederico Fumes</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Compreender e caracterizar a Educação Especial em Maceió/AL, como também o processo de implantação do atendimento educacional especializado (AEE).</p> <p><b>Resultados:</b> Os resultados apontam que a Educação Especial da rede municipal de ensino de Maceió é bastante recente, mas apesar da sua recenticidade tem se esforçado para tentar responder a atual política de AEE. No entanto, diversas dificuldades foram encontradas para atender as exigências dessa política, como por exemplo, as más estruturas arquitetônicas dos espaços escolares e a ausência de profissionais habilitados para o exercício da função, fatos que têm interferindo incisivamente na organização e no funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs).</p>
<p><b>Título:</b> O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Pública de Ensino do Município de Paranaíba/MS</p> <p><b>Autores:</b> Washington Cesar Shoiti Nozu; Marilda Moraes Garcia Bruno</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Delimita a atuação e objetiva analisar as práticas discursivas e não discursivas construídas sobre as salas de recursos multifuncionais da rede pública de ensino de Paranaíba/MS.</p> <p><b>Resultados:</b> Problematicam o atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais como uma estratégia de governamento e normalização disciplinar dos estudantes com necessidades educacionais especiais.</p>
<p><b>Título:</b> Indicadores do Atendimento Educacional Especializado e da Política de Distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais na Região Centro-Oeste: o caso de Mato Grosso do Sul</p> <p><b>Autores:</b> Nesdete Mesquita Corrêa; Andressa Santos Rebelo</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Analisar os indicadores do atendimento educacional especializado (AEE) e da política de distribuição de salas de recursos multifuncionais na região Centro-Oeste, com ênfase nos indicadores do estado de Mato Grosso do Sul.</p> <p><b>Resultados:</b> Os indicadores mostraram que uma parcela significativa dos alunos com deficiência matriculada no ensino comum ainda não recebe AEE, no país. Além disso, os dados também apontaram uma discrepância no quantitativo de distribuição de salas de recursos multifuncionais entre as regiões brasileiras, bem como nos estados que as compõem, com destaque para a região Centro-Oeste. As análises realizadas evidenciaram o quanto as políticas educacionais precisam avançar para que um maior número de alunos, principalmente, aqueles com deficiência, tenham.</p>
<p><b>Título:</b> Indicadores Educacionais de Matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil (2009-2010)</p> <p><b>Autora:</b> Andressa Santos Rebelo</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Analisar os indicadores educacionais de matrículas em Atendimento Educacional Especializado no Brasil nos anos de 2009 e 2010.</p> <p><b>Resultados:</b> Apontam um crescimento tímido no número de matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino e uma respectiva estagnação da cobertura do Atendimento Educacional Especializado no Brasil.</p>

Em relação ao Congresso de 2014, 885 trabalhos foram computados tanto na categoria de comunicação oral, como na de pôster; os mesmos estão subdivididos em 26 eixos temáticos, dois eixos a mais se comparado ao Congresso de 2012.

No ano de 2014, no eixo 12, que trata sobre a “Formação de Professores em Educação Especial”, foram encontrados 61 trabalhos de comunicação oral. O eixo 17 se refere às “Políticas Educacionais para Público Alvo de Educação Especial” – vale ressaltar a mudança de nomenclatura que ocorreu do VIII para o IX Encontro no que diz respeito ao termo ‘pessoas em situação de deficiência’ para ‘público alvo da Educação Especial’ – totalizando 47 trabalhos também na categoria de comunicação oral.

Novamente, fazendo uma busca por trabalhos que apresentavam a palavra “Atendimento Educacional Especializado” (AEE), podendo constituir o título, resumo ou palavras-chave, obteve-se 65 trabalhos de comunicação oral e pôsteres. Posteriormente, outra busca foi feita dentro dos dois eixos anteriormente citados, articulando estes temas.

Desse modo, o eixo Formação de Professores + AEE totalizou 8 trabalhos de comunicação oral; e o eixo Políticas Educacionais + AEE apresenta um total de 3 trabalhos também nesta mesma categoria. Abaixo será elaborado um quadro com os principais objetivos e resultados de cada um dos trabalhos encontrados.

### Formação de Professores em Educação Especial + AEE

**Título:** Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor que atua na sala de recursos multifuncional

**Autores:** Vivian Santos; Mara Silvia Pasion; Enicéia Gonçalves Mendes; Fabiana Cia

**Objetivos do trabalho:** Conhecer a opinião dos professores de SRM no âmbito de seus municípios relativos à sua formação.

**Resultados:** Demonstraram uma visão otimista dos professores em relação à sua formação, bem como, a possibilidade de atender um alunado tão distinto. Apesar disso, a maioria dos participantes destacou haver a necessidade de mais de um profissional na SRM, bem como, cerca da metade dos participantes apontou não se sentir preparado para atuar efetivamente com todos os alunos que são encaminhados para a SRM. A formação continuada se mostrou a alternativa mais destacada pelos profissionais a fim de buscar aprimoramento de seus conhecimentos. A maioria dos professores sente que são reconhecidos pela escola e a família.

**Título:** O Atendimento Educacional Especializado na Cidade de Manaus/AM e a Formação de Professores para Inclusão

**Autores:** Ketlis Lima da Silva; Samuel Vinente da Silva Junior; Ketlen Júlia Lima da Silva

**Objetivos do trabalho:** Conhecer na Gerência de Educação Especial os marcos legais que subsidiam a formação dos docentes atuantes com crianças que apresentam Paralisia Cerebral em Manaus.

**Resultados:** Na cidade de Manaus, os conhecimentos científicos sobre a Paralisia Cerebral ainda são pouco difundidos, tornando a formação inicial destes educadores insuficiente. Diante disso, são impostas mudanças no sentido de favorecer o atendimento desses alunos nas classes regulares, respeitando as diferenças de cada um e suas necessidades educacionais.

**Título:** Educação Especial: formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado – AEE

**Autora:** Valdirene Stiegler Simão

**Objetivos do trabalho:** Relata o trabalho desenvolvido pelo município de Joinville/SC no que se refere à formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), nos anos 2011-2013.

**Resultados:** O trabalho de parceria entre o município de Joinville/SC e municípios participantes é uma realidade e apresenta uma possibilidade de formação continuada que poderá contribuir com outras redes de ensino de modo a garantir espaços de discussão, análise, reflexão, ampliação de conhecimentos e aprimoramento da prática voltada para a Educação Especial numa perspectiva inclusiva.

<p><b>Título:</b> Tecnologia Assistiva e o Atendimento Educacional Especializado para inclusão do aluno com deficiência</p> <p><b>Autora:</b> Adriana Ferreira de Sousa</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Aborda as possibilidades de inclusão do aluno com deficiência através do suporte de recursos de tecnologia assistiva (TA) e discute os saberes necessários ao professor para atuar com as novas tecnologias.</p> <p><b>Resultados:</b> Confirmam a necessidade de formação do professor de AEE para fazer da TA um instrumento para a inclusão.</p>
<p><b>Título:</b> Formação de Professores e o Atendimento Educacional Especializado (AEE): Diálogos e Fronteiras da Educação Especial à Inclusão Escolar em Nova Iguaçu/Rj</p> <p><b>Autores:</b> Andressa Silva Pereira; Allan Rocha Damasceno</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Investigar a formação dessas profissionais, analisando suas concepções sobre o que pensam em sua formação na atuação com os estudantes público-alvo da Educação Especial.</p> <p><b>Resultados:</b> É imperioso ampliar os investimentos na formação dos professores do AEE e dos gestores, potencializando-os na superação dos desafios encontrados em sua atuação.</p>
<p><b>Título:</b> Evasão de Atuais e Futuros Professores em uma Formação em AEE na Cidade de Castanhal-PA</p> <p><b>Autores:</b> Cleiciane de Fatima Sousa de Jesus; Karla Nayara Barbosa Silva; Silvany Ellen Risuenho Brasil; Raphaela Duarte Lopes de Albuquerque</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Analisar a evasão de atuais e futuros professores em uma formação em Atendimento Educacional Especializado na cidade de Castanhal-PA.</p> <p><b>Resultados:</b> Os dados revelaram uma evasão de 42% na formação, sendo 28% percentual dos docentes e 14% percentual dos discentes de licenciatura. Os dados apresentaram que o percentual de evasão desses cursistas esteve influenciado pelo período de oferta da formação.</p>
<p><b>Título:</b> A Formação do Professor do AEE na Rede Municipal de Ensino de Andradina: Desafios e Possibilidades</p> <p><b>Autora:</b> Izabel de Lourdes Gimenez Souza</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Discutir saberes, pelo viés de relatos, que retratam a formação contínua dos professores do AEE (Atendimento Educacional especializado) e experiências vivenciadas nos espaços escolares e fora deles.</p> <p><b>Resultados:</b> Apontam para desafios a serem superados, porém experiências positivas também puderam ser observadas. Faz-se necessário, oferecer por meio da formação contínua, novas práticas mediadas pela legislação e teorias sócio-educacionais inclusivas, e da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).</p>
<p><b>Título:</b> Formação dos Professores do AEE e o Público-Alvo da Educação Especial Atendido nos Diferentes Espaços Educacionais</p> <p><b>Autores:</b> Renata Andrea Fernandes Fantacini; Tércia Regina da Silveira Dias</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Verificar quem são os seus professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de uma cidade de pequeno porte do interior do estado de São Paulo, conhecer o público-alvo da Educação Especial que está sendo atendido por estes professores e como estão organizados os diferentes espaços educacionais do ensino comum.</p> <p><b>Resultados:</b> Reproduzem aqueles apresentados pelo Censo 2011 e 2012 e apontam para uma equipe de profissionais especializados com formação adequada à proposta de Educação Inclusiva e de Atendimento Educacional Especializado. Conclui-se que o movimento de inclusão tem possibilitado que o público-alvo da Educação Especial frequente a escola comum, reduzindo as matrículas em escolas especializadas.</p>

## Políticas Educacionais para Público Alvo de Educação Especial + AEE

<p><b>Título:</b> Sala de Recursos Multifuncionais: Atendimento Educacional Especializado e inclusão escolar na Rede Pública Municipal de Ensino de Petrópolis/RJ</p> <p><b>Autora:</b> Wanda Lúcia Borsato da Silva</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Apresenta como questão a discussão e problematização da organização da escola pública na perspectiva da educação inclusiva com vistas à sua democratização, considerando os impactos observados com a implantação das salas de recursos multifuncionais para a inclusão de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação na rede pública municipal de ensino de Petrópolis, RJ.</p> <p><b>Resultados:</b> As reflexões e análise dos dados foram subsidiadas pelo pensamento de Adorno e Horkheimer, os quais contribuíram para a fundamentação das discussões sobre escola, educação, inclusão, emancipação, docência, formação e sociedade, categorias centrais dessa pesquisa.</p>
<p><b>Título:</b> O Atendimento Educacional Especializado no Município de Marabá sob o Olhar das Professoras das SRMs</p> <p><b>Autores:</b> Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo; Anderson Penalva de Oliveira; Avelino Sousa Rodrigues; Francisca Maria Cerqueira da Silva; Suelene Miranda de Sousa</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Analisar como vêm acontecendo a implantação e funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) nas escolas públicas do Brasil.</p> <p><b>Resultados:</b> Evidenciaram que o AEE tem uma definição na legislação compreendida pelas professoras das SMRs; faltam condições materiais e formação para uma oferta de qualidade no AEE; os professores do ensino comum desconhecem o papel do AEE e das professoras especialistas, é salutar propor alternativas de superação das dificuldades enfrentadas pelas professoras na oferta do AEE.</p>
<p><b>Título:</b> O Atendimento Educacional Especializado em Escolas de Assentamentos e Quilombos</p> <p><b>Autores:</b> Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves; Juliana Vechetti Mantovani</p> <p><b>Objetivos do trabalho:</b> Verificar o atendimento educacional especializado em escolas localizadas em áreas rurais: assentamentos e quilombos.</p> <p><b>Resultados:</b> Apontam uma tendência de aumento das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas de assentamentos e em quilombos; um índice insuficiente de Atendimento Educacional Especializado nas escolas em assentamentos e quilombos.</p>

### Considerações finais

Parece meio óbvio e unânime que, conforme foram sendo criadas as possibilidades de inclusão escolar do aluno público-alvo da Educação Especial, os cursos de formação de professores não acompanharam o embalo, haja vista que em praticamente todos os estudos apresentados no CBEE 2012 e 2014, existe uma concórdia sobre a falta de preparo dos profissionais que lidam com o público-alvo da Educação Especial.

Se parece tão evidente a necessidade da mudança dos cursos de formação de professores e formação continuada para aqueles que já atuam, as políticas educacionais deveriam atuar de forma mais certa para que haja uma reformulação desses cursos afim de que realmente formem profissionais capacitados.

Embora não possamos cometer o erro de afirmar que a Educação Especial não tenha sido contemplada pela legislação em vigor (A LDB a definiu como uma modalidade de ensino, o Plano Nacional de Educação fixou 28 objetivos e metas a serem atingidos e o Conselho Nacional de Educação Especial elaborou o parecer CNE/CEB n. 17/2001 (BRASIL, 2001b), no qual tratou das Diretrizes Nacionais para a

Educação Especial na Educação Básica), pode-se alertar que o item formação de professores para atuar na Educação Especial esteja, ainda, em aberto.

Segundo Saviani (2009) o lugar onde essa reformulação poderia acontecer seria nos cursos de Pedagogia, no entanto, o autor nos lembra que “a resolução CNE/CP 1, de 2006, que definiu as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia toca na questão da Educação Especial de passagem e apenas duas vezes” (SAVIANI, 2009, p. 153). O autor ainda considera que, caso não haja um espaço específico para cuidar da formação de professores para a Educação Especial, a área continuará desamparada e de nada adiantarão os movimentos frente à inclusão.

Bueno (1999) também não deixa passar em branco ao afirmar que o Plano Nacional de Educação traz uma situação também ambígua ao se referir à formação de professor e Educação Especial e de formação de professor do ensino regular que atendam alunos com necessidades educativas especiais, não fazem parte do item de formação de professores e valorização do magistério e sim do item referente à Educação Especial. Ou seja, outra ambiguidade gerando negligência quanto a esta modalidade educacional.

As reflexões apresentadas nesse trabalho visaram estabelecer um paralelo entre as políticas educacionais e o atendimento ofertado como AEE. A questão da formação do professor, na maioria dos trabalhos, está explícita de forma tão urgente, que os resultados dos trabalhos analisados nem estão levando em conta se o atendimento está sendo eficaz, quem está se beneficiando dele, que benefícios o AEE traz para o aluno a fim de que ele possa estar incluído no sistema educacional regular, etc. Parece que tudo volta para a formação de professores.

Finalizando, assim como afirma Gatti (2010), acreditamos que seja necessária uma mudança drástica nas estruturas institucionais formativas e nos currículos de formação. Segundo a autora, já existem muitas emendas e, com isso, uma fragmentação formativa evidente. A formação de professores precisa ser repensada a partir de sua função social advinda da escolarização. Faz-se necessário integrar essa formação em currículos articulados e voltados ao objetivo da escolarização.

## Referências

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para Atendimento Educacional Especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002991.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ALVES, M. D.; GUARESCHI, T. Módulo II – Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ministério da Educação – Secretaria da Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria. In: SILUK, A. C. P. (Org.). **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011, p. 32-45.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP**. – Brasília: a Secretaria, 1994. 66f.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 45 p. – (Série legislação; n. 102). Disponível em: <[bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_8.ed.pdf?](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_8.ed.pdf?)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP**, 2001a, 79 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB N. 2**, de 11 de setembro de 2001. Brasília: MEC/SEESP, 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Brasília, MEC/SEESP, 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2008/Decreto/D6571.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2008c. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_%20docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_%20docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Resolução SE – 80**, de 3/11/2009. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/80\\_09.HTM#\\_Toc242183542](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/80_09.HTM#_Toc242183542)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7611-17-novembro-2011-611788-publicacaooriginal-134270-pe.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Lei n. 12.796** de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2013.

BUENO, J. G. S., Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política educacional e a formação de professores: Generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25. 1999.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil**: Características e problemas. Educação e Sociedade, Campinas, v.31, n.113, p.1355-1379. 2010.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40 jan./abr. 2009.